

LEVANTAMENTO DO ATENDIMENTO A ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO MUNICÍPIO DE CUITÉ-PB

Arthur Rafael Barros dos Santos¹

Elana da Silva Santos²

Thaise Dantas³

Hebert Vinícius da Silva Lima⁴

RESUMO

A educação especial é uma modalidade de ensino reservada a estudantes portadores de necessidades especiais no campo da aprendizagem. Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo realizar o levantamento do atendimento a estudantes com necessidades especiais nas escolas públicas do município de Cuité-PB, visando averiguar os tipos de deficiências mais presentes nas instituições, há frequência do Atendimento Educacional Especializado (AEE), presença de profissional especializado AEE e a realização de atividades de ensino inclusivo. O trabalho possui uma abordagem quali-quantitativa, sendo utilizado na coleta de dados um questionário semiestruturado, aplicado em escolas da zona urbana da cidade de Cuité-PB, a gestores, secretários e professores de Educação Especial. Foram investigadas nove escolas públicas do município de Cuité-PB, sendo elas de ensino fundamental e médio. Todas as escolas apresentaram alunos com necessidades especiais, sendo as necessidades mais comuns autismo, dificuldades de aprendizagem e deficiência mental. Grande parte das escolas se encontra com boas condições de acessibilidade, possuindo salas de AEE, que são utilizadas com frequência pelos professores especializados, os quais desenvolvem trabalhos que buscam incluir esses alunos em atividades lúdicas que possibilitam o desenvolvimento psico-motor e mental dos estudantes, além de proporcionar a inclusão. Nesse sentido, é possível inferir que há ainda um longo caminho na busca da efetivação da inclusão de alunos com necessidades especiais, uma vez que algumas escolas desenvolvem atividades que não incluem de forma adequada o aluno na dinâmica escolar e na convivência com seus colegas.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Atendimento Educacional Especializado, Acessibilidade.

INTRODUÇÃO

A educação especial é uma modalidade de ensino reservada a estudantes portadores de necessidades especiais no campo da aprendizagem, que apresentam algumas deficiências como: física, sensorial, mental ou múltipla. Atende ainda estudantes com características de

¹ Graduando do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, arthurbass14@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, elanasilva2011@hotmail.com;

³ Graduanda do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, thaise-dantas@hotmail.com;

⁴ Graduando do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, hebert.v@hotmail.com.

altas habilidades, super dotação ou talentos, em que está baseada na necessidade de possibilitar a igualdade de oportunidades, por meio da diversificação de serviços educacionais, de modo a atender às diferenças individuais dos estudantes, por mais acentuadas que elas sejam.

Desta maneira, faz-se pertinente entender que o atendimento à pessoa com deficiência durante um grande período foi fundamentado essencialmente na ideia de que a condição de deficiente é imutável, levando assim a completa exclusão da sociedade em relação à organização de serviços para atendimento às necessidades individuais específicas dessa população (MAZZOTTA, 2005).

O direito à educação da pessoa com deficiência no Brasil é algo historicamente novo e em consequência disso, as Políticas Públicas de interesse à pessoa com deficiência são promulgadas com o intuito de oferecer e garantir efetivamente a igualdade de direitos e oportunidades e a acessibilidade às pessoas com deficiências, bem como extinguir o preconceito sofrido por estas.

Tendo em vista essa uniformização da garantia de igualdade e o asseguramento de oportunidades a todos em âmbito social, é que as escolas passam por meio de leis e decretos a oferecer no currículo, tal como constar no seu Projeto Político Pedagógico, a asseguarção às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais e o acesso a um sistema educacional inclusivo em todas as etapas da formação cidadã do indivíduo. Dessa maneira, as escolas buscam adequassem a cada tipo de necessidade a que se deparam, buscando a implantação de salas de recursos multifuncionais e a capacitação de profissionais especializados.

Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo realizar o levantamento do atendimento a estudantes com necessidades especiais nas escolas públicas do município de Cuité-PB, visando averiguar os tipos de deficiências mais presentes nas instituições, há frequência do Atendimento Educacional Especializado (AEE), presença de profissional especializado AEE e a realização de atividades de ensino incluso.

METODOLOGIA

O presente trabalho possui uma abordagem quali-quantitativa, onde utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário semiestruturado, possuindo sete questões de múltipla escolha. Tal questionário foi aplicado por estudantes de Ciências Biológicas no período de Fevereiro a Maio de 2019, em escolas da zona urbana da cidade de Cuité-PB, a gestores, secretários e professores de Educação Especial.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com Ferreira & Vicenti (2014), a sociedade nos dias atuais busca novas maneiras de investigar e encarar as deficiências. Neste sentido as pessoas que apresentam deficiência nas escolas estão ganhando uma visibilidade maior e conseqüentemente o acesso a um ensino com menos registros de preconceito sobre suas deficiências. A história revela que, nem sempre as pessoas com deficiência tiveram o reconhecimento que mereciam, foi uma trajetória de batalhas travadas nas reivindicações por leis que os favorecessem e conquistas durante séculos, e ainda assim precisam continuar, pois, a inclusão deve ser consolidada sempre no coletivo.

Para a difusão de uma sociedade inclusiva é necessário que haja uma preocupação e cuidado com a forma de se comunicar utilizada, visto que, a partir da linguagem é possível demonstrar, de forma voluntária ou não, respeito ou preconceito, aceitação ou discriminação, em relação às pessoas, conforme suas características (FRIAS; MENEZES, 2008).

Segundo Fumegalli (2012, p. 9):

A Educação Especial é uma modalidade de ensino cuja aplicação permeia todo o sistema educacional do país e visa proporcionar a pessoa com deficiência à promoção de suas capacidades, o desenvolvimento pleno de sua personalidade, a participação ativa na sociedade e no mundo do trabalho e aquisição de conhecimentos.

No entanto, o processo para se obter uma educação inclusiva requer de grandes mudanças na organização e no funcionamento de diferentes níveis do sistema educacional, a grandes mudanças na movimentação de diferentes intermediários educativos, a manutenções nas gestões em sala de aula e dos currículos, e a mudanças do próprio desenvolvimento de ensino-aprendizagem, o que pode originar resistências e medos, que impeçam a ocorrência dessas mudanças (FREIRE, 2008). Nesse sentido Freire (2008, p.9) afirma que: “A inclusão visa, pois, garantir que todos os alunos, independentemente das suas características e diferenças, acessem a uma educação de qualidade e vivam experiências significativas”.

Um dos maiores desafios da inclusão escolar e conseqüentemente do atendimento às necessidades especiais do estudante portador de deficiência nas escolas é justamente a exclusão por parte de outros estudantes, a partir da negação ou do simples ato de ignorar. Para Mantoan (2003), a exclusão no meio escolar se apresenta das mais cruéis e variadas maneiras possíveis, e quase sempre o motivo é a ignorância por parte do aluno diante dos padrões de escolares. Ainda de acordo com Mantoan (2003, p.13): “Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos”. O caminho até que se

chegue ao ideal é bem longo, porém, se caminhado da maneira correta e em espírito coletivo pode ser feita a diferença na vida dos estudantes especiais. Contudo, até mesmo muitos pais precisam acreditar nessa ideia de que o contato de seus filhos com as outras pessoas propiciará um aprendizado enorme, tanto pedagógico quanto social.

Nessa perspectiva, Nascimento (2009) retrata que, para que o processo de inclusão educacional surta efeito, é necessário que haja o envolvimento de todos os membros da coordenação escolar no planejamento das ações e dos programas voltados à temática. Desde docentes, diretores e funcionários, ambos apresentam papéis específicos, mas que precisam agir de maneira coletiva permitindo assim, que a inclusão escolar se torne altamente efetiva. Programas de apoio e de formação são fundamentais e devem estar associadas à prática dentro do ensino. As dificuldades devido à deficiência no processo de ensino-aprendizagem são realidades vividas pelos participantes. A opinião dessas pessoas acerca do assunto é de total relevância para que seja possível pensar em construir um trabalho efetivo nessa área, pois os educadores são peças importantes no cenário da inclusão e conhecem a realidade que se apresenta no meio (DE VITTA; SILVA & MORAES, 2004).

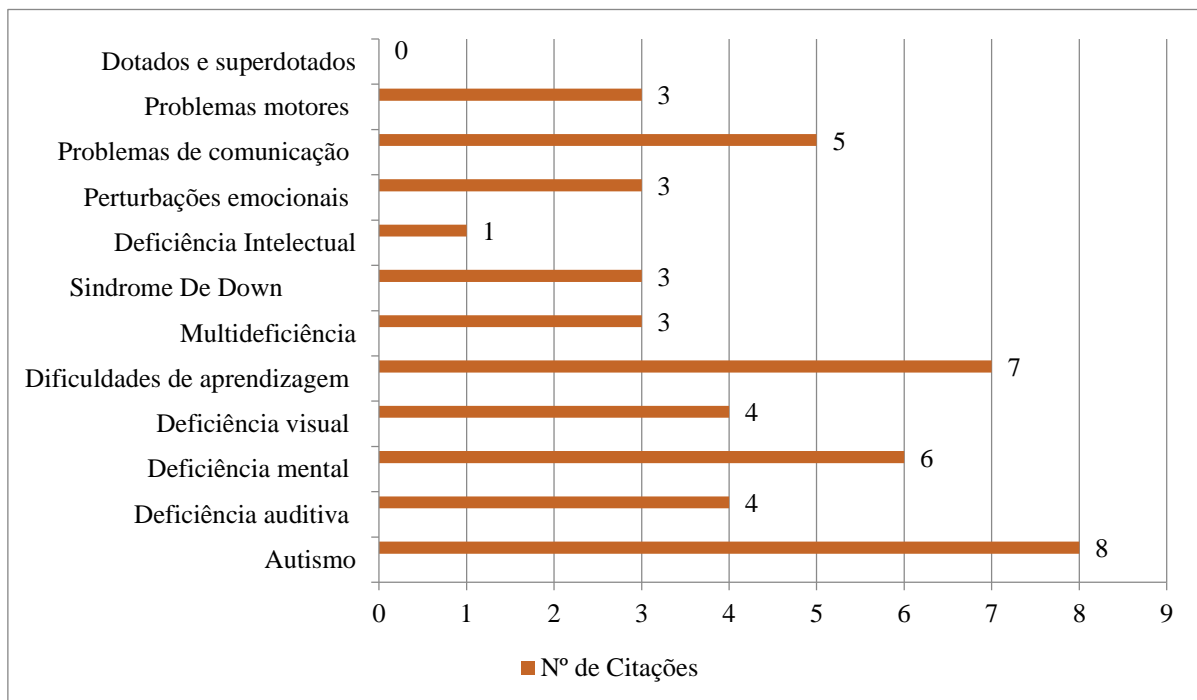
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram investigadas no total de 9 escolas do município de Cuité-PB, sendo elas da zona urbana da cidade, entre municipais e estaduais, das modalidades Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Na primeira questão deveria ser respondido se a escola atendia alunos com necessidades educacionais especiais. Para essa questão todas as escolas afirmaram que possuíam alunos matriculados que fossem portadores de necessidade especiais. Dessa forma percebeu-se que todas as escolas estavam de acordo com a LEI Nº 9394/96 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – 1996, que trás no seu capítulo V, Art. 58, 3º parágrafo, que é dever do estado oferecer o direito à educação especial, tendo início na infância, entre zero a seis anos de idade.

Na segunda questão foram elencados os tipos de necessidades especiais que os alunos das escolas apresentavam. Foram citadas uma grande variedade de necessidades especiais, organizadas no gráfico 1:

Gráfico 1: Necessidades especiais que as escolas-alvo antendem citadas pelos entrevistado



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A partir dessa questão foi possível perceber que a maior parte dos alunos da rede pública da cidade apresentavam como necessidades especiais o autismo (n=8), dificuldades de aprendizagem (n=7) e deficiência mental (n=6). Incluir os alunos com necessidades tem se mostrado um desafio no cotidiano escolar, especialmente em relação a essas mais citadas.

Segundo Melo (2016, p.7):

"A inclusão escolar do autista é para escola um desafio ainda maior, uma vez que a manifestação dos comportamentos estereotipados tem maior proporção no âmbito social, representando uma dificuldade significativa para se estabelecer relações comunicativas e afetivas do sujeito e seus pares."

Na terceira questão os entrevistados deveriam responder se a escola possuía acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Todos os entrevistados responderam que sim, sendo que um explicou na questão que esta acessibilidade era parcial, uma vez que faltavam algumas modificações na escola que ainda não tinham sido realizadas como: reforma do piso da escola para que fossem colocados pisos táteis para possibilitar um pouco da independência na locomoção de alunos com deficiência visual. A Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência – LBI (lei 13.146/2015), trás em seu capítulo IV do direito a educação, Art. 28, inciso XVI que é dever do poder público assegurar para todos os alunos e comunidade escolar a acessibilidade às edificações e ambientes que constitui todos os níveis de ensino.

Daxenberger et al. (2016) ao investigar a estrutura física das escolas municipais em Areia-PB em relação as condições de acessibilidade, percebeu que nem todas as escolas analisadas eram acessíveis para atender os alunos com suas devidas necessidades, necessitando assim de melhorias na qualidade de acesso, para que seus estudantes pudessem realizar com êxito e autonomia suas atividades.

Na quarta questão perguntou-se se a escola possuía sala de atendimento educacional especializado (AEE). A partir dessa questão percebemos que todas as escolas atualmente possuem uma sala de AEE, voltadas para melhoria da aprendizagem e inclusão dos alunos. Segundo a Resolução de 2 de outubro de 2009, que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Especial nos artigos 2º e 3º, o AEE tem como função aprimorar o ensino eliminando barreiras e viabilizando a acessibilidade a aprendizagem, sendo presente em todos os níveis, modalidades e etapas do processo de ensino (BRASIL, 2009). No art. 10ª da mesma resolução, trás em seu inciso II, que a matrícula no AEE, deve ser de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola, sendo as atividades desenvolvidas em horários inversos as aulas do ensino regular.

Percebeu-se que durante a aplicação dos questionários alguns profissionais se interessaram e dispuseram-se a apresentar a sala de atendimento que a unidade escolar possuía e demonstrar as atividades que lá se desenvolviam. Para Rocha (2017) cabe aos professores procurar novas atitudes e competências que permitam contestar, entender e intervir nas diferentes situações que se deparam, além de contribuírem na construção de uma proposta inclusiva, fazendo com que tenham mudanças significativas pautadas nas possibilidades e com uma visão positiva das pessoas com necessidades especiais.

Na questão cinco perguntou-se a frequência de uso dessa sala de atendimento educacional especializado, onde 8 responderam que o atendimento ocorria diariamente e 1 entrevistado citou que ocorria frequentemente. Segundo Silva; Arruda (2014) o AEE tem como objetivo proporcionar uma educação igual a todos, onde um professor especializado nesse tipo de atendimento o professor deverá identificar a necessidade de cada aluno, criar e articular um plano de ensino dentro do ensino comum, além de desenvolver atividades, recursos, e etc., trabalhando de acordo com seu cotidiano a parte pedagógica, de forma a prepará-lo para a sociedade.

Na questão seis foi perguntado se a escola possuía algum funcionário específico para AEE. Observou-se que em todas as escolas avia a presença desse profissional, responsável unicamente pelo atendimento e o acompanhamento do desenvolvimento dos alunos. De acordo com Rossetto (2015) esse professor pode ser considerado multifuncional, uma vez que

realiza diversas atividades como o trabalho direto com o aluno, a comunicação com os pais e outros setores que possam auxiliar no desenvolvimento dos educandos. Além disso, tal professor também lida com os demais professores da instituição na busca da implementação das atividades inclusivas.

Na sétima questão os entrevistados deviam responder se a escola realizava atividades educativas no ensino inclusivo, e caso realizasse, deveriam citar quais. Observou-se nas respostas que a maior parte das atividades realizadas possuíam um caráter lúdico e dinâmico como: dinâmicas, jogos, peças, danças e oficinas de artes. Além disso, observou-se a tentativa de inclusão em atividades como participação em feiras de ciências, educação física, amostras culturais e dinâmicas de grupo, para que os alunos se sentissem acolhidos por toda comunidade escolar. Sendo assim, o desenvolvimento de atividades lúdicas surge como uma alternativa muito mais interessante, que podem ser aplicadas e concebidas de acordo com os objetivos a serem alcançados, e a diversidade dos discentes da instituição (MARQUES, 2012).

De acordo com Marques (2012, p.83): "Nessa busca de uma educação de qualidade e da promoção da inclusão, a brincadeira aparece como forma de promover o desenvolvimento dessas capacidades, facilitando a formação de valores e de conhecimentos".

Um entrevistado respondeu ainda que a escola realizava exposições das atividades desenvolvidas na sala do AEE além da celebração de datas comemorativas como o dia do autismo, ao qual as escolas realizam atividades voltadas para evidenciar a importância de se incluir essas crianças tanto no ambiente escolar quanto na sociedade, para assim possibilitar o desenvolvimento pleno e humano desses futuros cidadãos.

É importante destacar ainda que em duas escolas foi relatado como atividade apenas a participação dos estudantes no recreio. Percebe-se assim que não foram todas as escolas que apresentaram um planejamento no qual os alunos com necessidades se sentissem incluso em meio a atividades alternativas. No entanto, segundo Sant'Ana (2005) o fato dos alunos estarem compartilhando o mesmo ambiente com os colegas demais não quer dizer que estejam incluídos efetivamente no contexto escolar. Três entrevistados embora tenham respondido positivamente, não citaram quais atividades eram desenvolvidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização dessa pesquisa conclui-se que o município atende alunos com as mais diversas necessidades especiais, sendo o autismo a mais representativa. Além disso,

outras deficiências como dificuldade de aprendizagem e deficiência mental, estiveram entre as mais citadas, sendo que, alunos dotados ou super dotados não foram citados.

Observou-se que todas as escolas possuíam as salas voltadas para o AEE, que são utilizadas por profissionais capacitados para realização de atividades voltadas para o desenvolvimento psicomotor e social dos estudantes, na qual ocorrem de maneira frequente em horários opostos as aulas regulares.

Constatou-se que a maioria das escolas desenvolvem atividades no ensino incluso com caráter lúdico como: jogos, dinâmicas e etc. Que proporcionam maior interatividade entre os alunos possibilitando uma melhoria nas relações sociais e estimulando a capacidade de aprendizagem, à medida que cada atividade é voltada para o suprimento das dificuldades apresentadas em cada tipo de deficiência.

Nesse sentido, é possível inferir que há ainda um longo caminho na busca da efetivação da inclusão de alunos com necessidades especiais, uma vez que algumas escolas desenvolvem atividades que não incluem de forma adequada o aluno na dinâmica escolar e na convivência com seus colegas. É necessário assim, buscar atividades que proporcionem maior participação e promovam o diálogo e interação dos estudantes com necessidades especiais e os demais colegas, possibilitando a quebra de preconceitos e a aprendizagem em ambas as partes.

Além disso, a partir dos dados levantados nessa pesquisa, será permitida a realização de futuros projetos e atividades, para o aprimoramento e melhoria da educação especial e inclusiva, fortalecendo assim a relação entre a comunidade escolar e social.

REFERÊNCIAS

____. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL, Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. 2009.

DAXENBERGER, Ana Cristina Silva; et al. Inclusão Escolar: Uma Análise da Estrutura Física nas Escolas da Cidade de Areia. In: II Congresso Nacional de Educação-CONEDU, Natal-RN, 2016. **Anais...** Natal-RN, 2016, p.1-12.

FERNANDES, A. C. R.; OLIVEIRA, M. C. S. L.; ALMEIDA, L. S. Inclusão de estudantes com deficiências na universidade: estudo em uma universidade portuguesa. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo-SP. v. 20, n. 3, p. 483- 492. set/dez. 2016.

FERREIRA, Maria de Fatima Matos; VICENTI, Terezinha. O Processo de Inclusão do Aluno Deficiente no Ensino Regular Publica na Última Década no Brasil. **Revista Atitude**. Porto Alegre. Ano X, n. 19, p. 28-43, jan./jun. de 2016.

FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a inclusão. **Revista da Educação**, v. 15, n. 1, p. 5-20, 2008.

FRIAS, Elzabel Maria Alberton; MENEZES, Maria Christine Berdusco. **INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: contribuições ao professor do ensino regular**. PDE, FAFIPA, p.28, 2008.

FUMEGALLI, Rita de Cassia de Avila. **INCLUSÃO ESCOLAR: O DESAFIO DE UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS?**. Orientador: Sonia Aparecida da Costa Fengler. 2012. 51 p. Monografia (Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Especial: Deficiência Mental e Transtornos e Dificuldades de Aprendizagem) - UNIJUÍ: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2012.

LDB : **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – 2. ed. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. 58 p.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **INCLUSÃO ESCOLAR O que é? Por quê? Como fazer?**. 1. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2003. 51 p.

MARQUES, Cláudia Luíza. Metodologia do Lúdico na Prática Docente para Melhoria da Aprendizagem na Educação Inclusiva. **Revista EIXO**, v. 1, n. 2, p. 80-91, 2012.

MELO, Carla Caroline Silva de. **Estratégias Pedagógicas Direcionadas ao Aluno com Autismo no Ensino Fundamental**. 2016. Monografia- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal-RN, 2016, 39 p.

NASCIMENTO, R. P. **Preparando professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. Londrina, p. 1-19, 2009.

PAULON, S. M.; FREITAS, L. B. L; PINHO, G. S. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro%20educacao%20inclusiva.pdf> Acesso em: 05 de ago. de 2019.

ROSSETTO, Elisabeth. Formação do professor do atendimento educacional especializado: a Educação Especial em questão. **Revista Educação Especial**, v. 28, n. 51, p. 101-114, abr. 2015.

SANT'ANA, Izabella Mendes. Educação Inclusiva: Concepções de Professores e Diretores. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, mai./ago. 2005.

SILVA, Ana Paula Mesquita da; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v.5, n. 1, p. 1-29, 2014.

VITTA, F. C. F. de; SILVA, K. P. L. e; MORAES, M. C. A. F. Conceito sobre a educação da criança deficiente, de acordo com professores de Educação Infantil da cidade de Bauru. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.10, n.1, p.43-58, jan./abr. 2004.